

OS USOS DOS VERBOS *VENDER* E *ALUGAR* EM ANÚNCIOS CLASSIFICADOS DE JORNAL IMPRESSO

Ana Alice de Freitas Neta ARAÚJO⁵⁶

Rosângela Maria Bessa VIDAL⁵⁷

Resumo: Este trabalho busca compreender os usos dos verbos *vender* e *alugar*, no gênero anúncio classificado do jornal impresso *Gazeta do Oeste*. O estudo foi feito à luz da linguística funcional norte-americana, como concebido por Givón (1995; 2001); Neves (1997; 2006); Furtado da Cunha (2008); entre outros. Partiremos de um levantamento do conteúdo apresentado na gramática normativa, na linguística para confrontá-los com textos reais. Os resultados apontam para uma tendência de variação no uso dos referidos verbos, bem como na concordância desses verbos flexionados em 3ª pessoa, seguidos do clítico *se*.

Palavras-Chave: Funcionalismo. Gramática. Flexão verbal. Vender. Alugar. Clítico *se*.

Abstract: *This research aims to understand the use of the verbs vender (to sell) and alugar (to rent) in the genre classified ad published in the printed newspaper Gazeta do Oeste. The study has the theoretical support of American Functional Linguistics, as conceived by Givón (1995; 2001), Neves (1997, 2006); Furtado da Cunha (2008); among others. We have started from a survey of the content presented in the normative grammar, in the linguistics in order to compare them with real texts. The results point to a tendency of variation in the use of the verbs mentioned above, as well as in respect to the concordance of these inflected verbs in the 3rd person, followed by the clitic se.*

Keywords: *Functionalism. Grammar. Verbal inflection. Vender (to sell). Alugar (to rent). Clitic se.*

⁵⁶ Mestre em Letras pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN/PPGL) e membro do Grupo de Pesquisa em Estudos Funcionalistas – GPEF. Endereço eletrônico: anaaliceneta@hotmail.com.

⁵⁷ Professora do PPGL/UERN/CAMEAM e Líder do Grupo de Pesquisa em Estudos Funcionalistas – GPEF. Endereço eletrônico: rosangelauern@gmail.com.

Introdução

A manifestação da língua em uso tem sido objeto de investigação de muitos estudiosos, nos últimos anos, principalmente, no que se refere à influência que passa a ter sobre as práticas pedagógicas de Língua Materna, alvo de uma constante preocupação, uma vez que são muitas as dificuldades dos alunos no que diz respeito à aprendizagem nessa área de conhecimento. A verdade é que muitos dos resultados das pesquisas não romperam ainda os muros escolares da Educação Básica, resultando, portanto, em um quadro insatisfatório de aprendizagem.

Pode ser que um dos fatores que contribuam para essa realidade seja a formação do profissional de Língua Materna que vive o dualismo: ensinar utilizando a tradição da gramática normativa ou aderir à proposta de ensino baseada na linguística. A primeira alternativa ainda é bastante adotada pelas escolas do Brasil.

Entretanto, não podemos esquecer que é papel da escola como um todo tornar nossos alunos capazes de utilizar a linguagem como instrumento de aprendizagem, sabendo fazer uso de informações contidas nos textos, bem como conhecer e analisar criticamente os usos da língua como veículo de valores, sem preconceitos de classe, credo, gênero, etnia, entre outros.

Partindo do pressuposto de que a língua é um sistema centrado na interação que se faz por meio de textos ou discursos falados ou escritos – ação linguística entre sujeitos –, uma proposta de ensino de língua precisa priorizar o uso desta em diferentes situações ou contextos sociais, com suas múltiplas funções e sua variedade de estilos. Assim sendo, nosso trabalho se justifica pelo fato de tratar da língua em funcionamento, em tempo real, com suas especificidades.

Nesse sentido, a perspectiva funcionalista vem ganhando espaço, uma vez que dá um tratamento textual-discursivo à gramática. Trata, pois, a língua atentando para as condições de produção, ou seja, para as manifestações que ocorrem em situações reais de comunicação, a língua em sua pluralidade, de caráter heterogêneo, com múltiplas variações. Na visão de Neves (2006), para dominar bem uma língua não basta conhecer as estruturas frasais, mas combinar as unidades sintáticas em situações comunicativas de modo eficiente, sendo capaz de usar os enunciados conforme os propósitos comunicativos.

Considerando esse contexto e com base na vivência como professora de Língua Portuguesa, nossa pesquisa pretendeu investigar os usos dos verbos *vender* e *alugar* em

anúncios classificados de jornal impresso. Para realizar a presente pesquisa, contamos com as contribuições da teoria funcionalista, de inspiração givoniana.

Na verdade, o ensino de língua já é objeto de discussão (e de severas críticas), principalmente, quando se trata da língua em uso que, por sua vez, é objeto de preconceito. Basta observar o fato recentemente posto em pauta, pela *mídia televisiva global*, sobre o livro didático que aborda a língua em uso – o português brasileiro – considerado por ela como disseminador de “erros”. Por incrível que pareça, o trecho gerador de tantas polêmicas é sobre concordância e faz parte do capítulo “Escrever é diferente de falar”, aspecto que discutimos quando envolve nosso objeto de estudo – verbos *vender* e *alugar* + clítico *se*. No tópico intitulado como “concordância entre palavras”, os autores discutem a existência de variedades do português falado, as quais fazem uso do substantivo e do adjetivo não flexionados quando estes concordam com o artigo no plural⁵⁸. Mediante tais discussões, vimos a necessidade de uma análise que priorize o uso, fazendo-nos refletir sobre as diferentes possibilidades de emprego da língua.

Portanto, a nossa pesquisa pretendeu responder à seguinte questão: Como acontecem os usos de construções com as formas verbais *vender* e *alugar* em anúncios classificados de jornal impresso, com ênfase nos procedimentos linguístico-discursivos?

Para obter resposta à pergunta de partida, buscamos, em nossos objetivos específicos: identificar as formas verbais *vender* e *alugar* apresentadas pelas gramáticas normativas e pela linguística; investigar como são empregadas as formas dos verbos *vender* e *alugar* em anúncios classificados do jornal impresso *Gazeta do Oeste*; comparar o uso regras de concordância quando há o emprego do clítico *se* – pronomes átonos, monossílabos átonos – que dependem, quanto à acentuação, das palavras que seguem, precedem ou intercalam-nos junto aos verbos *vender* e *alugar*, apresentadas em anúncios classificados de jornal impresso.

Para compreender os usos dos verbos *vender* e *alugar*, partimos, portanto, de um levantamento do conteúdo apresentado sob a ótica da gramática normativa, da linguística para confrontá-los na análise com os textos reais, no gênero anúncio classificado do jornal impresso *Gazeta do Oeste*, veiculado, diariamente no Estado do Rio Grande do Norte. Para

⁵⁸Para maiores detalhes sobre a discussão, cf. <http://terramagazine.terra.com.br/interna/0,,OI5137669-EI8425,00-Aceitam+tudo.html>; <http://www.viomundo.com.br/voce-escreve/marcos-bagno-discussao-sobre-livro-didatico-so-revela-ignorancia-da-grande-imprensa.html>

essa investigação adotamos os estudos da linguística funcional, procurando elucidar que aspectos têm contribuído para que haja escolhas no uso dos itens verbais *vender* e *alugar* (e suas variantes) em anúncios classificados de jornais impressos.

Adotamos o paradigma qualitativo, haja vista o objeto de estudo ser uma atividade de uso da linguagem, sendo necessária a realização de um trabalho interpretativo acerca dos significados do fenômeno que envolve o uso dos referidos verbos, considerando toda a sua complexidade, a fim de fornecer explicações eficazes e abrangentes. Como sabemos, uma das características que constitui os estudos qualitativos é a maneira como direcionamos nossa investigação. Nesse sentido, nossas reflexões se voltam para a análise das construções que empregam os itens *vender* e *alugar*. Além de apontar as escolhas no uso dos verbos *vender* e *alugar* (e suas variantes), observamos se o fenômeno da concordância verbal ocorre (ou não ocorre), ou seja, a maneira, o propósito, o porquê da (não) concordância entre os verbos *vender* e *alugar* + o clítico *se* e o sintagma nominal.

Nessa perspectiva, investigamos o discurso escrito do jornal, com base nos usos dos itens *vender/alugar*, para observação de como ocorre ou não o processo de concordância, já que o conhecimento não se reduz pura e simplesmente aos dados de forma isolada. É o olhar do observador que atribui um significado aos fenômenos que o mesmo interpreta. Na fase de coleta de dados, cerca de três meses, obtivemos informações acerca das práticas de produções dos textos veiculados como, efetivamente, acontecem. Nesse sentido, os dados se constituem a partir de descrições discursivas: textos publicados no jornal, analisando aspectos relacionados à escolha no uso desses verbos (e suas variantes), o uso de construções com o clítico *se* junto às formas *vender* e *alugar* modificadas pelas pressões de uso.

Para seleção do material empírico, utilizamos como critérios a questão do acesso ao jornal e a composição do gênero anúncio classificado. O primeiro critério ocorre em razão do jornal circular diariamente na região do Alto-Oeste potiguar, local em que a pesquisa foi realizada. O segundo, por sua vez, relaciona-se à composição dos textos que fazem parte do *corpus* – anúncios classificados –, os quais apresentam semelhança em sua estrutura e propósito comunicativo, bem como exibem os itens que foram investigados, ou seja, os verbos *vender* e *alugar* + clítico *se*.

O Funcionalismo linguístico norte-americano

Para compreender os fenômenos da linguagem, por meio de análise linguística, devemos eleger um dos paradigmas teóricos correspondentes ao nosso propósito de estudo, ou seja, procurar o que melhor se adapta para analisar o que queremos. O que não falta, na Linguística, são discussões acerca de qual paradigma teórico utilizar, já que cada estudioso (linguista) acredita ser o seu o melhor método de análise.

Diante desse embate, surge como alternativa a criação de novos paradigmas teóricos, o que leva outros pesquisadores a continuarem investigando, (re)criando o conhecimento a partir do que já dispõe em termos de conhecimentos sobre o fenômeno linguístico. Seria ingenuidade nossa atribuímos a Saussure, bem como a Chomsky, Givón, Dik entre outros estudiosos da ciência linguística um caráter totalmente inédito.

Em outras palavras, parece ser comum em qualquer ciência partirmos das ideias anteriores para a expansão e propagação de outras mais modernas. Isso faz com que a ciência da linguagem seja considerada como um campo vasto e propenso a incontáveis pesquisas, cujo entusiasmo criador está centrado em seu caráter efêmero por natureza, provisório em essência. Cabe a nós, portanto, enquanto pesquisadores, estarmos cautelosos às pressões de uso da linguagem e preparados para investigá-las com cientificidade.

Como nosso propósito é estudar o fenômeno linguístico, levando em conta aspectos comunicativos sociais e cognitivos, decidimos eleger como paradigma teórico o Funcionalismo Linguístico, mais especificamente, o norte-americano, já que, sob esta ótica, a língua é um sistema produtor de significados. Essa perspectiva leva em consideração um conjunto de situações comunicativas nas quais ocorre um processo linguístico quando estudamos a linguagem. Nesse conjunto de situações comunicativas, estão inscritos os interlocutores, as condições de produção, enfim, a própria dinâmica do ato comunicativo.

A linguística funcionalista norte-americana se fortaleceu a partir da década de 1970, cuja maior expressão está nos trabalhos de linguistas como: Sandra Thompson, Paul Hopper e Talm Givón, os quais “[...] passaram a advogar uma linguística baseada no uso, cuja tendência principal é observar a língua do ponto de vista do contexto linguístico e da situação extralinguística” Martelotta; Areas (2003, p.23).

Partindo desse pressuposto, assumimos o postulado de que duas propostas básicas caracterizam o modelo funcionalista de análise linguística, a saber: “a) a língua desempenha

funções que são externas ao sistema linguístico em si; b) as funções externas influenciam a organização interna do sistema linguístico” Furtado da Cunha (2008, p.158). Dessa forma, a língua não se apresenta como um sistema autônomo, dissociada do convívio social, mas está, intrinsecamente, a ele relacionada, fazendo com que o falante se adapte às diferentes situações comunicativas. Assim, a situação social imediata determina nossas enunciações.

Nesse sentido, a linguística funcional propõe novas maneiras de abordar a linguagem, fornecendo alternativas de reflexão sobre a complexidade revelada pela língua. Segundo Neves, (2006, p.17), “o funcionalismo é uma teoria que se liga, acima de tudo, aos fins a que servem as unidades linguísticas, o que é o mesmo que dizer que o funcionalismo se ocupa, certamente, das funções dos meios linguísticos de expressão”. A reflexão se direciona para os itens sob uma ótica multifuncional, ou seja, referindo-se aos parâmetros cognitivos e comunicativos, processamento da mente, interação entre os interlocutores (sua cultura), mudança e variação, aquisição e evolução (Cf. GIVÓN, 1995).

Os estudos gramaticais, segundo o pensamento funcionalista, não devem se limitar à análise de frases ou períodos isolados, mas aos atos enunciativos dos diferentes tipos de discursos, pois “quando falamos, criamos frases, que, juntas formam um texto coeso e coerente com a situação em que é empregado. O processamento desse texto é o discurso” Martelotta (2006, p.234). Há, pois, uma identificação entre o termo discurso e o uso real da língua, já que nossas escolhas feitas, na produção do discurso, não se dão aleatoriamente, mas decorrem das condições de produção desse discurso.

Assim sendo, os defensores dessa perspectiva teórica procuram observar as regularidades do uso da língua e analisar as condições discursivas que refletem em seu emprego. Assim, o objeto de análise dos funcionalistas são os enunciados e os textos, efetivamente realizados, os quais estão relacionados ao desenvolvimento da comunicação interpessoal, isto é, a corrente funcionalista trabalha com os dados reais da fala ou escrita retirados de determinados contextos de comunicação. O funcionalismo linguístico contemporâneo diverge das abordagens formalistas: *estruturalismo* e *gerativismo* por dois motivos:

[...] primeiro por conceber a linguagem como um instrumento de interação social e segundo porque seu interesse de investigação linguística vai além da estrutura gramatical, buscando no contexto discursivo a motivação para os fatos da língua. A abordagem funcionalista procura explicar as

regularidades observadas no uso interativo da língua, analisando as situações discursivas em que se verifica esse uso (FURTADO DA CUNHA; COSTA; CEZARIO, 2003, p.29).

Conforme essa abordagem, uma característica que marca o processo linguístico do funcionalismo é o conjunto complexo de atividades comunicativas, sociais e cognitivas, integradas ao enunciador ou produtor do enunciado. Na verdade, se levarmos em conta que a língua é um sistema produtor de significados, estaremos abordando-a numa perspectiva funcionalista. Perspectiva essa que leva em consideração um conjunto de situações comunicativas nas quais ocorre um processo linguístico quando estudamos a linguagem.

Diante disso, percebemos que a língua não formula um conhecimento individual, independente, mas reflete várias maneiras de o falante interpretá-la em diferentes situações comunicativas. Assim, o funcionalismo constitui-se como uma corrente linguística baseada no uso da língua, cuja tendência principal é observar a língua desde seu contexto linguístico até a situação extralinguística.

Conforme Martelotta; Areas (2003), a teoria funcionalista da Linguística caracteriza-se pela concepção que tem da língua como um instrumento de comunicação, não podendo ser analisada como um objeto autônomo, mas como uma estrutura sujeita a mudanças em suas diferentes situações de uso as quais ajudam a determinar a estrutura gramatical. A fim de resumir a concepção funcionalista da linguagem, citamos nove premissas fundamentais que a norteiam:

a linguagem é uma atividade sociocultural;
 a estrutura serve a funções cognitivas e comunicativas;
 a estrutura é não-arbitrária, motivada, icônica;
 mudança e variação estão sempre presentes;
 o sentido é contextualmente dependente e não-atômico;
 as categorias não são discretas; a estrutura é maleável e não rígida;
 as gramáticas são emergentes; as regras de gramática permitem algumas exceções (GIVÓN, 1995 *apud* MARTELOTTA; ÁREAS, 2003, p.28).

De acordo com as premissas apresentadas, percebemos que a proposta de Givón (1995) postula a não autonomia do sistema linguístico, cuja estruturação interna da gramática é concebida como “[...] um organismo que unifica sintaxe, semântica e pragmática (sendo a sintaxe a codificação dos domínios funcionais que são: a semântica, proposicional; a

pragmática, discursiva) e nos aspectos icônicos da gramática” Neves (2006, p.19). Assim como Givón (1995), acreditamos que a língua não pode ser considerada um sistema autônomo, uma vez que a gramática não pode ser compreendida por si mesma; precisa tomar por referências aspectos como cognição, comunicação, processamento mental, interação social e cultura, mudança e variação, aquisição e evolução. É tanto que Givón assegura:

The grammatical code is probably the latest evolutionary addition to the arsenal of human communication (Givón 1979a, 1995; Lieberman 1984; Bickerton 1981, 1990). While the evolutionary argument remains conjectural, it is supported by a coherent body of suggestive evidence GIVÓN, 2001, p.10)⁵⁹

Em síntese, o *funcionalismo* linguístico é um modelo de análise que se contrapõe ao *formalismo*. Enquanto este concebe a língua como um sistema autônomo, limitando-se ao estudo das formas linguísticas, aquele a concebe como um sistema não-autônomo, o qual se insere em um contexto de interação social, ou seja, as formas linguísticas são estudadas levando em consideração o seu uso, sua significação em atos comunicativos. Notamos, portanto, que ambos os modelos tratam do mesmo fenômeno: a língua. Entretanto, o que os diferencia é a forma com que os mesmos a observam. Isso pressupõe o uso de métodos diferentes para o estudo desse fenômeno.

Dessa forma, não faz sentido dizer que um paradigma é melhor do que outro, ou que o uso de um exclui o outro. Pensar dessa maneira implica limitar os estudos linguísticos, uma vez que a escolha de um paradigma teórico depende do tratamento que pretendemos dar ao nosso objeto de investigação. Como nosso objeto de análise é a língua em funcionamento, optamos pelo paradigma *funcional*, cujo pensamento foi justificado no início desse tópico. Salientamos, no entanto, que nos deteremos à corrente funcionalista norte-americana, modelo instituído por Givón.

O Clítico *se*: da abordagem Tradicional à Linguística

⁵⁹ O código gramatical é, provavelmente, a mais recente adição ao arsenal evolutivo da comunicação humana (Givon 1979a, 1995; Lieberman 1984; Bickerton 1981, 1990). Embora o argumento evolucionário permaneça conjectural, é apoiada por um corpo coerente de evidências sugestivas (tradução livre).

Said Ali ([1908] 2008)

No que se refere ao tratamento dado à clítico *se*, tida como apassivadora, Said Ali ([1908] 2008) escreve um capítulo inteiro no livro *Dificuldades da língua portuguesa*, sobre o assunto, defendendo a tese de que as orações em análise são de valor ativo, e o *se* substitui o sujeito, indicando-lhe a indeterminação.

A ideia de apassivamento por meio desse pronome, segundo ele, é contrariada pelo uso no dia a dia, pois as duas formas não se substituem de forma recíproca. Nesse sentido, ele pergunta:

Como se devem analisar estas orações de português castiço: compra-se o palácio, morre-se de fome? Decerto não posso admitir como sujeito da primeira frase o palácio, quando na segunda brigaria com a gramática o sujeito de fome, forçando-me a uma série de subterfúgios. A incongruência seria flagrante. (SAID ALI, 2008, p.105).

Seguindo o pensamento de Said Ali, o clítico *se* ocuparia a posição de sujeito, caso fizéssemos abstração da gramática e procedêssemos a uma análise psicológica. Em nossa consciência, perpassa a ideia, sugerida pelo clítico *se*, de que “alguém compra”, de que “alguém morre”, entretanto, desconhecemos ou preferimos omitir informações a seu respeito. Em nota, o autor acrescenta que “[...] essa função psicológica de agente indeterminado é inegável na língua portuguesa, onde empregamos o pronome *se* junto de todo e qualquer verbo” Said Ali (2008, p.106); o que não acontece em outros idiomas, como nas línguas eslavas, em que o reflexivo unido ao verbo é empregado para indicar um foco, um estado, sem se cogitar o causador.

Said Ali (2008) acrescenta que se podia admitir o *se* como sujeito, pondo fim a uma longa discussão. No entanto, o português é classificado de forma tipológica como uma língua SVO: essa ordem é aceita pela maioria dos gramáticos como a ordem direta. Nesse sentido, segundo essa, ordem o que vem depois do verbo é objeto e não sujeito. Muitas vezes, o sentido das palavras se dá em virtude da construção. Na frase, “Os japoneses derrotaram os Russos, a simples colocação indica qual o sujeito e qual o objeto. Inverta-se a ordem, conservando-se as palavras e obter-se-á o sentido contrário.” Said Ali (2008, p.108). Essa posição revela que a ordem das palavras dentro da frase, em português, é altamente relevante

para a interpretação das funções que essas palavras exercem. Para o autor, não há igualdade de forma nem de sentido nas sentenças (01a) Aluga-se esta casa e (01b) Esta casa é alugada (p.115).

O autor sugere um meio bastante simples de se verificar sua hipótese. “Coloque-se na frente de um prédio um escrito com a primeira das frases, na frente de outro ponha-se o escrito contendo os dizeres esta casa é alugada” (p.115). Certamente, os que pretendem alugar uma casa encaminham-se para uma única casa, pressupondo a ideia de que a outra já se encontra ocupada.

Mediante o exposto, postulamos que Said Ali, quando trata da problemática do clítico *se*, nega o caráter de "partícula apassivadora". Dessa forma, aponta incoerências na análise tradicional do *se* como apassivador, cuja concordância deve acontecer. Ele ressalta: “Consequência natural da transformação do sujeito em objeto é a desnecessidade de concordância; o verbo quer intransitivo, quer transitivo, tenderá a ser usado uniformemente no singular, ainda quando o nome esteja no plural” Said Ali (2008, p.111). O autor dá exemplos em idiomas como o francês, o italiano, o espanhol, para confirmar tal possibilidade.

Conforme Said Ali (1970), a concordância, como parecerá, à primeira vista, não é uma necessidade determinada pela lógica. Repetir, num termo determinante ou informativo, o gênero, número ou pessoa já marcados, no termo determinado de que se fala, é ser redundante. Diante desse pensamento, poderíamos perguntar: Por que a concordância destacasse entre as preocupações com o ensino de língua portuguesa? A essa pergunta, poderíamos dar como resposta: concordância verbal é um mecanismo importante de expressividade, que ajuda a compor a maneira (o estilo) de o falante se expressar.

Nesse sentido, tais como as demais regras da gramática, as de concordância verbal devem ser conhecidas, já que são realizações a que o falante aspira, por estarem incluídas no ideal linguístico da comunidade. A maneira de o falante/escritor/escrevente se expressar pressupõe uma escolha e depende da intenção do emissor, a qual é manifestada no discurso.

Embora a gramática normativa tenha seu lugar de destaque na sociedade, e a ponto de seu ensino ainda ser privilegiada na escola, não podemos conceber, nos dias atuais, uniformizar todos os falantes, em todas as situações. Todas as normas linguísticas, todos os níveis de fala ou registros devem ser conhecidos pelos falantes, que deverão saber usá-los onde, quando e como convier. A língua é dinâmica e incorpora, embora de forma lenta, na modalidade escrita, as “regularidades” da modalidade oral, as quais, com o passar do tempo,

são legitimadas pelos gramáticos. Isso vem acontecendo com a concordância verbal que envolve o clítico *se*, fenômeno que Said Ali ([1908] 2008) trata diferente de Almeida (1999) e Rocha Lima ([1985] 1999).

Rocha Lima ([1985]1999)

Um aspecto apontado por Rocha Lima, na edição de 1999, é a concordância do verbo acompanhado da partícula “*se*”, aspecto esse que merece uma atenção especial. O autor nos dá como exemplo: (02) *Venderam-se todos os bilhetes* (p.390). Neste caso, “Este substantivo, representado (geralmente) por um *ser inanimado*, é sujeito da frase –, razão pela qual com ele há de concordar o verbo” (p.391). O autor evidencia que “A índole da língua portuguesa inclina para a posposição desse sujeito ao verbo; aponta-se menos comum sua presença antes do verbo, assim como vir ele representado por um *ser animado*” (p.391).

No exemplo citado, típico da língua padrão, é exigido que o verbo concorde com o termo tradicionalmente apontado como sujeito “*todos os bilhetes*”, ou seja, verbo na dita voz passiva pronominal (formada com o verbo acompanhado do pronome oblíquo *se*, chamado, no caso, pronome apassivador).

Na verdade, nosso interesse em trazer para discussão o uso dos verbos *vender* e *alugar* + clítico *se*, nesta pesquisa, se deve ao fato de esse clítico fazer parte da estrutura gramatical do português denominada, tradicionalmente, como voz passiva sintética, isto é, uma forma cujo sistema gramatical dispõe para representar um processo em que é mencionado o paciente e omitido o agente, empregada em anúncios classificados para oferta de produtos e serviços, como exemplo, “*aluga-se casas*”. Nesse sentido, além das questões de ordem formal, procuramos levar em conta o modo de produção desses textos, correlacionando-se as propriedades funcionais dessa estrutura, ou seja, seu emprego em anúncios classificados encontrados no jornal impresso *Gazeta do Oeste*.

Almeida (1999)

Quando trata da voz passiva mediante o clítico *se*, denominado por ele de pronome apassivador Almeida (1999) chama a atenção do leitor para o exemplo (03) “*Vendem-se casas*”. Neste caso, “[...] o sujeito é ente inanimado, conseqüentemente incapaz de praticar a

ação verbal, ou quando o sentido da oração mostra que o sujeito é apenas paciente” Almeida (1999, p.210). É comum, portanto, que o sujeito venha posposto ao verbo, não sendo frequente a forma contrária: sujeito + verbo.

O autor explicita o fenômeno com um exemplo similar, cujo verbo é alugar: (04a) “Alugam-se casas”. Ele garante que a palavra *casas* não pratica a ação verbal, mas recebe essa ação, pressupondo ideia de que *casas* é o paciente da ação verbal, não é o agente. Dessa forma, o verbo se constitui como passivo, cuja passividade acontece em virtude da presença do pronome *se*. A sentença (04a) é, segundo o autor, semelhante a (04b) “Casas são alugadas”. O sujeito de ambas as sentenças é *casas* que, devido estar no plural, exige igualmente o plural para o verbo; falar (05a) “Aluga-se casas” considera-se um erro, tal qual falar (05b) “Casas é alugada”.

Almeida (1999) ressalta que se constituem, conseqüentemente, erros inomináveis construções como: (06) “Aluga-se livros usados”; (07) “Conserta-se relógios”; (08) “Reforma-se chapéus”. Tal pensamento pressupõe a ideia de que o falante deve conhecer (e usar) bem essas “regras”. Não dispor dessa competência “gramatical” pode torná-lo alvo de preconceito linguístico.

Apesar de essa ser apenas uma amostragem do tratamento dado à concordância verbal pelos gramáticos, já é suficiente para pressupor que ponto de vista os gramáticos defendem (o tradicional) – o de que ainda existe passiva sintética no português brasileiro. Claro que existem exceções como Said Ali ([1908] 2008), conforme já apresentamos, neste trabalho, que já considerava aspectos funcionais quando analisava a língua, expressando sua convicção de que a estrutura passiva sintética não equivalia à passiva analítica. Para ele, essa estrutura estava morta, sobrevivendo apenas no mundo fictício. Isso nos faz questionar esse fenômeno quando observamos os usos, cujas construções não correspondem às explicações dos gramáticos normativos. Em nossas análises, serão apresentadas observações em que contrapomos a visão tradicional com a perspectiva linguística levando em conta outros aspectos além dos formais.

A concordância verbal: verbo + clítico *se* à luz da linguística

Scherre (2005)

O clítico "se", sob a perspectiva normativa de gramática tem, entre outras, a função de pronome passivador. Nessa função, liga-se a verbos transitivos, indicando que o sujeito é paciente. Dessa forma, o verbo deve concordar normalmente com o sujeito, certo? Levando-se em conta a língua em uso, atualmente, observamos que essa “verdade” está sendo questionada. A concordância verbal, em orações que usam o “dito” pronome passivador *se*, geralmente, provoca dúvidas. Dúvidas essas que estão provocando variações (regularidades) nas formas de usar tais pronomes. Assim sendo, trazemos aqui textos retirados do Jornal português Diário de Notícias conforme Scherre (2005), cujas construções podem ser conferidas em (09) e (10):

(09) VENDE-SE

Magníficas instalações

Loja com armazém

(p.54, coluna1)

(10) ALUGA-SE

ESCRITÓRIOS

LARANJEIRAS

Área até 150 M².

(p.8c-C, coluna 4) (SCHERRE, 2005, p.86).

Nas construções (09) e (10), conforme a visão tradicional de gramática, “Magníficas instalações Lojas com armazém” é sujeito (paciente) do verbo vender e “Escritórios Laranjeiras” é sujeito (paciente) do verbo alugar. Portanto, os sujeitos (Magníficas instalações Lojas com armazém e Escritórios Laranjeiras) devem concordar com os verbos *vendem-se* e *alugam-se*. Assim, o correto seria dizer como em (11) e (12):

(11) VENDEM-SE

Magníficas instalações

Loja com armazém

(p.54, coluna1)

- (12) ALUGAM-SE
 ESCRITÓRIOS
 LARANJEIRAS
 Área até 150 M².
 (p.8c-C, coluna 4)

Levando em conta a língua em uso, é o correspondente aos exemplos 09 e 10 regularidade de construção gramatical equivalente ao uso espontâneo da língua, cuja eficiência comunicativa é evidente. Essa forma já é aceita socialmente, embora gramaticalmente continue inaceitável. Na gramática normativa, o que se prescreve é que o verbo aí vá para o plural para concordar com seu sujeito, que é: “Magníficas instalações Lojas com armazém” no caso de (11); “Escritórios Laranjeiras” em (12). No entanto, a pesquisa de Carvalho (1990) *apud* Scherre (2005, p.85) revela que, “[...] de Camões a Vinícius de Moraes, passando por Vieira, João de Barros e Machado de Assis, a concordância variável nas construções classificadas como passiva sintética se evidencia, indiscutivelmente”.

Scherre (2005) ilustra a variação na concordância, verbal com o sujeito posposto, inovando a forma de abordar o processo a partir do título de sua obra: *doa-se lindos filhotes de poodle*, o qual é justificado na própria obra. Segundo a autora, “[...] a ausência de verbo plural em *doa-se filhotes* ocorre pelo fato de o falante/escritor nativo não interpretar filhotes como sujeito e sim como objeto direto. Pelo que se sabe até o momento, o objeto direto não rege a concordância em português” (SHERRE, 2005, p.97). Assim, a autora julga inadequada a matéria do *Correio Brasiliense* quando diz que não fazemos concordância em *Vende-se carros* porque também não a fazemos em *nós era* ou em *eles era*, cujos pronomes, quando anteposto ao verbo, são de forma inequívoca sujeitos das construções.

Os usos dos verbos *vender* e *alugar* em anúncios classificados de jornal impresso: análise e discussão

O levantamento feito, no *corpus* desta pesquisa, deu-nos oportunidade de constatar que os usos linguísticos dos verbos de anúncios classificados estão presentes no jornal *Gazeta do Oeste*, quer se trate do item linguístico *vender* (e variantes *vende*, *vendo*, *vende-se*, *vender*),

quer se trate do item *alugar* (e variantes; *aluga*, *alugo*, *alugam-se alugar*, *alugamos*). Analisando as amostras retiradas desse jornal, as quais constituem um total de um mês de publicação (edição de 08 de abril e 08 de maio de 2011), obtivemos o seguinte resultado: 1.365 ocorrências da construção *vende* (verbo na 3ª pessoa do singular); 1.133 da construção *vendo* (verbo na 1ª pessoa do singular); 451 da construção *vende-se* (verbo na 3ª pessoa do singular + o clítico *se*); e 15 ocorrências da construção *vender* (verbo no infinitivo), conforme apresentado na Tabela 01.

Tabela 01 – Ocorrências do item linguístico *vender* no jornal *Gazeta do Oeste*

Item Linguístico	Número de ocorrências	Valor em %
Vende	1365	46,1
Vendo	1133	38,2
Vende-se	451	15,2
Vender	15	0,5
Total	2964	100

Fonte: Jornal Gazeta do Oeste, abril/maio/2011.

Observando os dados pudemos verificar que se determinada estrutura gramatical: *vende*, foi empregada com maior recorrência. Isso se deve ao(s) significado(s) que tal estrutura permitia articular para o que o objetivo fosse atingido, ou seja, a venda de produto/oferta de serviço em anúncios classificados do jornal impresso investigado. A repetição desse verbo numa mesma edição conforme acontece se dá em virtude de, histórica e socialmente, originar e estabilizar o significado da estrutura, tornando-a, portanto, usual, isto é, gramatical.

O estudo realizado caracterizou, portanto, que as estruturas gramaticais são determinadas pelas situações comunicativas das quais participamos enquanto sujeito. Desse modo, podemos afirmar que a estrutura não é estática, varia de acordo com o uso da língua em nosso dia-a-dia, ou seja, por motivações discursivas, não da sentença em si. Um exemplo disso é a estratégia utilizada pelo produtor do anúncio classificado ao escolher como usar o verbo do melhor modo que atenda o seu propósito comunicativo.

Quanto ao verbo *alugar*, coletamos o seguinte resultado, como demonstra a Tabela 02:

Tabela 02 – Ocorrências do item linguístico *alugar* no jornal *Gazeta do Oeste*

Item Linguístico	Número de ocorrências	Valor em %
Aluga	998	58,7
Alugo	385	22,7
Aluga-se	262	15,4
Alugamos	26	1,5
Alugar	26	1,5
Alugam-se	2	0,1
Total	1699	100

Fonte: Jornal Gazeta do Oeste, abril/maio/2011.

Observando a Tabela 02 – item *alugar* – constatamos, tal como o item *vender* que a 3ª pessoa é predominante. Na leitura da Tabela 02, temos: 998 ocorrências da construção *aluga* (verbo na 3ª pessoa do singular); 385 da construção *alugo* (verbo na 1ª pessoa do singular); 262 ocorrências da construção *aluga-se* (verbo na 3ª pessoa do singular + o clítico *se*); 26 ocorrências da construção *alugamos* (verbo na 1ª pessoa do plural) e 26 ocorrências da construção *alugar* (verbo no infinitivo).

Com o verbo predominante, em ambos os itens investigados, aparece o nome (com logomarca) do anunciante, seguido dos verbos em destaque (verbos em cor branca e fundo preto), deixando claro quem *vende/aluga*. Embora o sujeito esteja exterior ao enunciado (o anúncio propriamente dito), o contexto faz este sujeito inserir-se na enunciação. Essa compreensão só é possível quando consideramos aspectos discursivo-pragmáticos os quais interessam à análise funcionalista, ou seja, é preciso atentar para tudo que envolve os anúncios classificados: o locutor, o interlocutor, o ambiente social, entre outros fatores inerentes ao contexto linguístico e extralinguístico. Assim, para dar ênfase ao anunciante (colocado em destaque, inclusive suas credenciais) e ao que se quer anunciar, o produtor do texto repete os verbos na 3ª pessoa [...] *vende* ou *aluga*, itens que concorrem com os prescritos pela gramática tradicional: *vende(m)-se/aluga(m)-se*, típicas da linguagem culta, especialmente escrita, conforme constatamos na revisão de literatura que envolve a gramática tradicional apresentada nesta pesquisa.

O que percebemos, portanto, é que o jornal *Gazeta do Oeste* apresenta-se de forma dinâmica, é aberto à população, feito para anunciar os fatos da região, acatando a escrita com

a língua em uso, não se prendendo às prescrições das gramáticas tradicionais – vende(m)-se/aluga(m)-se. No caso dos verbos dos anúncios, esse uso canônico ainda é privilegiado em outros jornais⁶⁰. Isso pressupõe que esses veículos não levam em consideração fatores discursivos, restringem-se aos gramaticais.

O fato de o texto ser escrito em 1ª pessoa, entretanto, não o desclassifica enquanto texto – anúncio –, já que faz referência objetiva ao que está sendo anunciado, de modo a facilitar o entendimento do leitor, levando-o a encontrar o que deseja. É como se reforçasse o anúncio classificado “eu (implícito no enunciado) vendo”, deixando mais marcadas, para o leitor, as referências enunciativas de venda, através de recursos sintáticos “emergentes” para o gênero, ao contrário da forma padrão que talvez dificulte a noção de referência.

Nesse sentido, concorrem com as construções prototípicas (*vende(m)-se/aluga(m)-se*), essas outras formas variantes de vender: *vende, vendo, vender*; de *alugar*: *aluga, alugo, alugar, alugamos*, conforme apresentado nas tabelas 01 e 02, as quais estão sendo incorporadas no gênero, em análise, devido às pressões de uso da linguagem. A manifestação desses novos usos revela o caráter dinâmico da língua, caracterizando-se como processo de variação linguística, fenômeno pelo qual uma determinada língua jamais é, numa dada época, lugar e grupo social, igual ao que era numa outra época, num outro lugar e num outro grupo social. (Cf. Scherre, 2005).

É o caso dos verbos *vender* e *alugar* analisados neste trabalho, já que não adquiriram outras funções/significados – 01 forma para duas ou mais funções/significados, mas várias formas para a mesma função, ou seja, o que acontece com esses verbos são alterações nas maneiras diferentes de usos para os mesmos itens. Isto porque são inseridos fatores inerentes aos aspectos discursivo-pragmáticos, cuja análise vai além do contexto linguístico.

Aspectos da concordância verbal dos itens linguísticos *vender* e *alugar*

Quanto ao processo de concordância verbal entre a construção *vende-se/aluga-se* e o termo a que se refere, há uma predominância de uso da estrutura formal *vende-se* (verbo singular) concordando com o termo também no singular. Quando o verbo aparece no plural, o termo a que se refere também aparece no plural. Entretanto, aparecem alguns anúncios

⁶⁰ O Diário de Natal, por exemplo, privilegia a forma (prototípica) *vende(m)-se*.

classificados, cuja concordância difere da forma prescrita pela gramática normativa, isto é, o verbo aparece no singular seguido do clítico *se*, e o termo seguinte vem no plural.

Seguindo a visão tradicional de gramática, como se apresenta na revisão de literatura dessa pesquisa, somos induzidos a acreditar na existência de regras prontas, cujo fim se dá por si mesmo. Basta analisarmos o exemplo (02) *Venderam-se todos os bilhetes* (ROCHA LIMA, 1999, p.390), cujo autor, seguindo o rigor terminológico da língua padrão sugere que o verbo concorde com o termo (tradicionalmente) apontado como sujeito “todos os bilhetes”, isto é, verbo na dita voz passiva pronominal (formada com o verbo acompanhado do pronome oblíquo *se*, chamado, nesse caso, de pronome apassivador).

Entretanto, se levarmos em consideração fatores semântico-pragmáticos, os quais envolvem tanto o contexto linguístico quanto o extralinguístico, observamos lacunas na visão tradicional de gramática, já que são cada vez mais frequentes construções (impessoais) com *verbos transitivos diretos – vende-se/aluga-se* casas – em nosso dia a dia, pondo em discussão as visões das gramáticas normativas e de muitos livros didáticos que desprezam os diferentes usos linguísticos e a evolução da língua.

Quanto ao processo de concordância verbal entre a construção *vende-se/aluga-se* e o termo a que se refere, há uma predominância de uso da estrutura formal *vende-se* (verbo singular) concordando com o termo também no singular tal como acontece nas gramáticas normativas. Quando o verbo aparece no plural, o termo a que se refere também aparece no plural. Entretanto, aparecem alguns anúncios classificados, cuja concordância difere da forma prescrita pela gramática normativa, isto é, o verbo aparece no singular seguido do clítico *se*, e o termo seguinte vem no plural.

Transcrevemos nas Amostras (01), (02) e (03) três anúncios classificados com os verbos *vender* e *alugar*, respectivamente, na íntegra:

(01) ALAMEDA DO SOL – Vende-se os lotes 03 e 04 da quadra 06, medindo 800m². R\$ 110.000,00 (GAZETA DO OESTE, 8 de abril de 2011, p.3).

Além da forma apresentada, aparece outra construção: *vende-se casas avulsas...* na edição de 20 de abril e repete-se em 15 edições posteriores. Vale ressaltar que na última edição pesquisada aparece na última página e em letras maiores, apesar de em todas estarem

em maiúsculo e, em edições, aparecerem duas vezes na mesma edição. O texto segue, na íntegra em (02):

(02) CASAS AVULSAS

VENDE-SE CASAS AVULSAS NO RESIDENCIAL CIDADE JARDIM (ALTO SUMARÉ) COM 02 QUARTOS (57,01M²) E 3 QUARTOS (115, 86M²) VÁRIAS OPÇÕES DE PLANTAS, ENTREGA COM 5 MESES, TODAS AS CASAS COM PROJETO PARA EXPANSÃO. ÓTIMA LOCALIZAÇÃO. LOTES DE 200² (10X20) FINANCIADO EM ATÉ 100% CASAS A PARTIR DE R\$ 84.900,00. (GAZETA DO OESTE, 20 de abril de 2011, p.7).

De forma semelhante, acontece com o verbo *alugar*, vejamos o exemplo (03)

(03) ALUGA-SE

APARTAMENTOS

Apto RESIDENCIAL ALAIDE ESCOSSIA no 18º andar com 03 suítes.

(...)

CASAS

Casas no Residencial João Figueiredo na Nova Betânia com 02 quartos sendo 01 suíte, banheiro social, garagem, cozinha e dispensa. (GAZETA DO OESTE, 20 de abril de 2011, p.7).

Comparando, portanto, os exemplos retirados do jornal: *Gazeta do Oeste* com o item mais utilizado pela gramática tradicional, exemplo (02) *Venderam-se todos os bilhetes* (ROCHA LIMA, 1999, p.390), prescrito como um padrão a ser seguido, percebemos que há uma diferença no uso desse verbo, ou seja, há uma tendência em usar o item no singular + sintagma nominal no plural que aos poucos pode se generalizar. Quando dizemos: *Vende-se casas avulsas...*, Amostra (02); *Aluga-se apartamentos*, Amostra (03) fica subtendido que alguém tem casas para vender, isto é, há um agente responsável pela ação, mesmo que não apareça no enunciado. Por outro lado, haveria incoerências na análise tradicional do *se* como pronome apassivador, como propõe Rocha Lima, já que a concordância não iria acontecer, caso transformássemos a frase da voz ativa para a passiva sintética pronominal como ele sugere. A tão famosa transposição nem sempre é possível, uma vez que nem sempre há igualdade de sentido quando mudamos a ordem das palavras dentro da frase.

Na verdade, em se tratando da problemática do clítico *se*, o próprio gramático Said Ali ([1908] 2008) já negava o caráter de "partícula apassivadora". Segundo esse autor, não haveria necessidade de concordância entre o verbo (singular) seja intransitivo, seja transitivo e nome (plural).

Conclusão

Neste trabalho, buscamos discutir sobre as contribuições do funcionalismo linguístico para a análise da língua, de modo especial, para o trabalho com o uso dos *vender* e *alugar* quando aparecem em anúncios classificados de jornais impressos. O motivo de dar ênfase a esse aspecto, nesta pesquisa, dar-se em função da necessidade de discutir sobre as construções (impessoais) com *verbos transitivos diretos* - *vende-se/aluga-se casas* – estarem cada vez mais recorrentes em nosso dia a dia, e as gramáticas e livros didáticos insistirem em considerá-las como erros de concordância, já que consideram o clítico *se* como apassivador. A verdade é que tais construções estão presentes, não apenas no uso oral e coloquial, mas também no escrito e formal, como é o caso da pesquisa realizada no jornal *Gazeta do Oeste*, cujo registro de não concordância também acontece com certa recorrência.

Tais manifestações são motivadas por aspectos semântico-pragmáticos, pois recuperam a existência do sujeito, embora de modo contextual. De modo geral, foram constatados quatro usos do verbo *vender* (*vende, vendo, vende-se, vender*) e seis do verbo *alugar* (*aluga, alugo, aluga-se, alugamos, alugar, alugam-se*) no *corpus*: Jornal *Gazeta do Oeste*.

Ao lado do uso canônico das construções: *vende-se/aluga-se* + sintagma nominal singular, vem se firmando *vende-se/aluga-se* + sintagma nominal plural. Esse *se* tende a desempenhar a função de sujeito, não de pronome apassivador em construções consideradas pela gramática tradicional como passivas sintéticas. A ideia sugerida pelo clítico *se*, é de que “alguém vende”, de que “alguém aluga”, no entanto, desconhecemos ou preferimos omitir informações a seu respeito.

Como observamos, no decorrer das análises, há variação na maneira de apresentar os verbos *vender* e *alugar* nos textos veiculados do jornal investigado: *Gazeta do Oeste*; essas formas foram introduzidas ao longo do tempo e podem ser associadas ao processo de variação da língua: a inserção de novos usos que convivem com tradicional *vende-se/aluga-se* para

desempenhar a mesma função. Isso leva a pressupor que a língua não é estática, mas maleável, adaptando-se às situações de comunicações concretas. Daí a justificativa do uso de construções impessoais com verbo transitivo direto (*vende-se/aluga-se casas*) que são, cada dia, mais correntes, não só no uso oral e coloquial, mas também no escrito e formal, como constatamos nos registros (*vende-se os lotes.../casas avulsas...*) de não concordância verbal no *Jornal Gazeta do Oeste* – nosso objeto de investigação.

Os achados da pesquisa mostram variação no uso da linguagem, apresentando uma nova perspectiva para as atividades realizadas com a gramática; gramática esta, vista (após estudo da teoria e análise realizada) como componente mutável em consequência das vicissitudes discursivas a que se molda.

O ponto de vista da linguística funcional, apresentado neste trabalho, pressupõe a ideia de que não há correspondência na estrutura semântico-sintática das orações em forma passiva analítica e passiva sintética (tal qual afirmam os gramáticos normativos) quando essas pertencerem ao gênero anúncio classificado de jornais. O contexto discursivo, no qual os anúncios estão inseridos, é que dá garantia a essa análise.

A constatação do *se* indeterminador em construções como *vende-se os lotes.../casas avulsas... aluga-se salas...* só é possível quando a análise leva em conta fatores semântico-pragmáticos, cuja função dêitica é reconhecida. O gênero textual (como também o suporte) pode ser o responsável por esta função indeterminadora, já que tais gêneros são afixados em locais a serem comercializados, fazendo com que os leitores percebam o local em que estão afixados como objeto de venda e que há alguém por trás daquela ação, um sujeito indeterminado qualquer, cuja intenção comunicativa é apresentar à sociedade o objeto a ser vendido ou alugado.

Referências

ALI, M. S. **Gramática Secundária da Língua Portuguesa**. 10ª edição. São Paulo: Melhoramentos, 1970.

_____. **Dificuldades da língua portuguesa**. 7. ed. – Rio de Janeiro: ABL: Biblioteca Nacional, 2008. 260 p.(Coleção Antônio de Morais Silva, v. 7).

ALMEIDA, N. M. de. **Gramática Metódica da Língua Portuguesa**. 44 ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

CARVALHO, C. **O pronome se: uma palavra oblíqua e dissimulada**. Rio de Janeiro: UERJ, Faculdade de Letras. Doutorado em Língua Portuguesa, 1990.

FURTADO DA CUNHA M. A.; COSTA M.A.; CEZARIO, M.M. Pressupostos teóricos fundamentais. In: FURTADO DA CUNHA, M. A.; OLIVEIRA, M.R.; MARTELOTTA, M. E (Orgs.). **Linguística Funcional: Teoria e Prática**. Rio de Janeiro: DP & A, 2003.

FURTADO DA CUNHA M. A. Funcionalismo. In: MARTELOTTA, M. E. (org.). **Manual de Linguística**. São Paulo: Contexto, 2008.

GIVÓN, T. **Funcionalism and grammar**. Amsterdam/Philadelphia John Benjamim, 1995.

_____. **Syntax: an introduction**. v.1. Amsterdam/Philadelphia John Benjamim, 2001.

JORNAL GAZETA DO OESTE, Mossoró: Gazeta do Oeste, Edições 08 de abril a 08 de maio de 2012.

MARTELOTTA, M. E; AREAS. E. K. A visão funcionalista da linguagem no século XX. In: FURTADO DA CUNHA, M. A.; OLIVEIRA, M.R.; MARTELOTTA, M. E (Orgs.) **Linguística Funcional: Teoria e Prática**. Rio de Janeiro: DP & A, 2003.

MARTELOTTA, M. E Funcionalismo. In: WILSON, V; MARTELOTTA, M.E e CEZARIO M.M. **Linguística: fundamentos**. Rio de Janeiro: CCAA Editora, 2006.

NEVES, M. H. M. **Gramática Funcional**. São Paulo: Contexto, 1997.

_____. **Texto e gramática**. São Paulo: Contexto, 2006.

ROCHA LIMA, C H. da. **Gramática normativa da língua portuguesa**. 26 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985.

_____. **Gramática normativa da língua portuguesa**. 46 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999.

SCHERRE, M. M. P. **Doa-se lindos filhotes de poodle: variação linguística, mídia e preconceito**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.